

Bancos adiam até junho resgate de US\$ 750 milhões da Argentina

por Nicholas Hastings
da AP/Dow Jones

O comitê de assessoramento de dívida bancária, que coordena o reescalonamento da dívida da Argentina, está ultimando um acordo pelo qual os bancos credores permitirão ao país adiar o pagamento de US\$ 750 milhões até 15 de junho, informaram banqueiros ligados às negociações.

Como a Argentina precisa de recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para reembolsar o empréstimo, o curto prazo de dois meses sugere que os bancos estão fazendo uma nova tentativa para pressionar o governo argentino a chegar a rápido acordo com o FMI.

O reembolso, que vence nesta semana, representa a última parcela de um empréstimo-ponte de US\$ 1,1 bilhão assinado com os bancos em 31 de dezembro de 1982. O país pagou US\$ 350 milhões no começo de dezembro de 1983, depois que os bancos o autorizaram a sacar US\$ 500 milhões de outro crédito de prazo médio.

O empréstimo-ponte destinava-se a ajudar a Argentina a cobrir os pagamentos de juros vencidos aos bancos no fim de 1982. O reembolso dos últimos US\$ 750 milhões era esperado para quando o país conseguisse sacar de um empréstimo que está sendo negociado com o FMI.

Entretanto, a Argentina não conseguiu atingir as metas econômicas para um acordo com o FMI durante o último ano e o reembolso da parcela de US\$ 750 milhões foi adiado diversas vezes. Alguns banqueiros

admitem que não ficariam surpresos se o reembolso tivesse de ser adiado novamente. "O prazo de 15 de junho destina-se a pressionar a Argentina a chegar a acordo com o FMI", explica um banqueiro.

As autoridades argentinas declararam publicamente que esperam alcançar um acordo até o final deste mês ou começo de maio. Entretanto, autoridades de Buenos Aires envolvidas nas conversações em andamento em Washington disseram, reservadamente, que, apesar de a Argentina ter negociado um esboço do acordo com o FMI, há duas semanas, para poder concluir um programa de emergência de outras nações latino-americanas, do governo norte-americano e dos bancos credores, o país ainda não decidiu sobre o período em que pretende atingir as metas do FMI.

RISCOS

O nível do compromisso argentino com um programa do FMI também continua obscurecido pela constante reiteração do governo de que não aceitará um programa que prolongue a recessão econômica no país. Mesmo dizendo ao FMI que planejam reduzir o nível dos aumentos salariais na tentativa de diminuir a inflação do aumento de 20,3% registrado durante o mês passado, autoridades argentinas confirmaram que o governo manterá o aumento de 6 a 8% nos salários acima da taxa de inflação. Parte do programa do FMI deverá também incluir políticas flexíveis para a desvalorização, mas, no seu regresso a Buenos Aires das reuniões em Washington, o ministro da Economia, Bernardo Grinspun, disse que o governo não desvalorizará de imediato o peso.

Deste modo, os banqueiros duvidam de que a política que o governo precisa adotar para satisfazer tanto o FMI quanto a oposição política interna possa ser alaborada durante os próximos dez dias. Sem isto, no entanto, o país não conseguirá reembolsar aos bancos credores os US\$ 750 milhões até 15 de junho, não conseguirá pagar ao comitê de assessoramento da dívida os US\$ 100 milhões que tomou emprestado há duas semanas, não conseguirá devolver aos seus vizinhos latino-americanos os US\$ 300 milhões que recebeu deles como parte do mesmo "pacote" e seus bancos credores enfrentarão novamente o problema do que fazer com os empréstimos argentinos, cujos juros não estão sendo pagos, quando eles anunciarem seus resultados do segundo trimestre em 30 de junho.